

**Esclarecimento 09/06/2022 11:30:32**

1) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: Como pode ser observado, o item 9.11 – Qualificação técnica, mais precisamente o item 9.11.2, onde está sendo solicitado a apresentação de atestado de capacidade técnica. 9.11. Qualificação Técnica: 9.11.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, relativo à execução de serviço compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, conforme segue: a) Manutenção em central telefônica digital com capacidade igual ou superior ao PABX TIPO 1, no mínimo um aparelho. Da forma que está sendo exigido no edital, a empresa que apresentar um atestado de capacidade técnica de 1 Central PABX 6 troncos analógicos, 16 ramais analógicos, 2 ramais digitais e um tarifador (configuração do PABX Tipo 1), já estaria atendendo ao edital, visto que está sendo solicitado: "a) Manutenção em central telefônica digital com capacidade igual ou superior ao PABX TIPO 1, no mínimo um aparelho." Uma empresa que prestou serviço de manutenção em UMA ÚNICA central PABX de pequeno porte, não comprova que tenha condições de prestar manutenção em várias localidades, conforme previsto no edital, e muito menos comprovar que possui peças de reposição novas. A presente licitação é regida pela Lei nº 8.666/93 e demais normativos consignados no preâmbulo deste edital, ou seja, está respaldado pela Lei de licitações, o qual estabelece regras garantindo assim que a contratação para prestação do serviço objeto desta licitação seja realizada por empresas que possuem capacidade comprovada para atender integralmente todas as exigências do edital e seus anexos. Desta forma, as exigências de qualificação técnica devem ser aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato a ser firmado com a Administração que realiza a licitação, por isso é dever da Administração estabelecer exigências de qualificação técnica em níveis que assegurem o cumprimento das obrigações por parte do vidual fornecedor. Ainda sobre este ponto, considerando o volume de Centrais PABX que fazem parte do objeto, entendemos que por segurança do próprio órgão, a empresa deve comprovar que já realizou serviço de manutenção semelhante, com base na previsão da SÚMULA Nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que diz: "Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado." Considerando a forma como foi dividida o objeto, em grupos e itens, entendemos que deve ser exigido atestado de capacidade técnica, na quantidade de 50 a 60% da quantidade de cada grupo / item, conforme demonstramos a seguir: GRUPO 1: Abrange 21 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 11 Centrais; GRUPO 2: Abrange 11 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 6 Centrais; GRUPO 3: Abrange 16 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 8 Centrais; GRUPO 4: Abrange 07 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 4 Centrais; GRUPO 5: Abrange 06 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 3 Centrais; GRUPO 6: Abrange 11 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 6 Centrais; ITEM 5: Abrange 09 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 5 Centrais; ITEM 10: Abrange 04 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 2 Centrais; Se uma empresa vencer mais de um Grupo / Item, deve comprovar a prestação de serviço na somatória dos respectivos grupos e itens. Assim, desta forma, ficará evidenciado e comprovado que a empresa tem capacidade técnica de prestar os serviços objeto desta licitação. Considerando os apontamentos acima, entendemos que deve ser apresentado atestado de capacidade técnica, no quantitativo supramencionado e deve-se comprovar em todos os grupos/ itens que forem vencedores. Está correto nosso entendimento? Tomamos a liberdade de sugerir o texto a seguir: Os interessados deverão apresentar atestado(s), de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente o tipo de serviço realizado, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto da licitação que demonstrem que a empresa prestou serviços correspondentes a 50% a 60% do objeto da licitação, conforme demonstrado abaixo. GRUPO 1: Abrange 21 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 11 Centrais; GRUPO 2: Abrange 11 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 6 Centrais; GRUPO 3: Abrange 16 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 8 Centrais; GRUPO 4: Abrange 07 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 4 Centrais; GRUPO 5: Abrange 06 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 3 Centrais; GRUPO 6: Abrange 11 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 6 Centrais; ITEM 5: Abrange 09 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 5 Centrais; ITEM 10: Abrange 04 Centrais – Comprovar prestação de serviço de pelo menos 2 Centrais; A comprovação a que se refere o item acima poderá ser efetuada pelo somatório de quantos atestados dispuser o licitante e deve ser considerada também a somatória dos grupos / itens que vencer. 2) CERTIFICAÇÃO PANASONIC: No item 4 do ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA, foram relacionados os serviços mínimos que devem ser realizados. Temos que esclarecer que, assim como todos os fabricantes de Central PABX, os equipamentos PANASONIC possuem tecnologia específica e para realizar serviços de qualquer natureza requer conhecimento específico. Logo a empresa que tem conhecimento e experiência em prestar serviço em centrais Intelbras / Digistar / Leucotron/ Alcatel, por exemplo, não tem conhecimento necessário para realizar serviço em centrais Panasonic, o que poderá colocar em risco o pleno funcionamento do sistema PABX, bem como deteriorar o bem que pertence a este Tribunal. Além disso, está sendo exigido no item 5.4. A contratada deverá prestar os serviços de manutenção com aparelhos próprios, e pessoal técnico de seu quadro, devidamente treinados e identificados. Desta forma, entendemos que a empresa licitante só será considerada habilitada para realizar os serviços previstos no edital e seus anexos, se comprovar, na fase de habilitação, que já realizou treinamento nas centrais que fazem parte do objeto desta licitação, qual seja PANASONIC NS500 e TDE600. E comprovar vínculo empregatício dos técnicos com a empresa licitante. Está correto nosso entendimento? Se não for este o entendimento, como será comprovada a expertise da empresa em realizar os serviços nas Centrais PANASONIC? 3) FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS: Observa-se, que no texto do objeto desta licitação, está indicando a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento e instalação de peças e componentes comprovadamente novos e originais. Entendemos a importância desta exigência, pois peças não originais podem depreciar o bem adquirido por este órgão, e gerar sérios problemas ao sistema, além de desprezar todo investimento

feito na aquisição dessas Centrais PABX. Desta forma, entendemos a importância de se comprovar o vínculo com o fabricante, o qual é o único capaz de fornecer peças novas e genuínas. Além do que, somente empresas que são vinculadas ao fabricante, tem acesso aos treinamentos e suporte contínuo. Desta forma, entendemos que a empresa licitante só será considerada habilitada para realizar os serviços previstos no edital e seus anexos, se comprovar, na fase de habilitação, que possui vínculo com o fabricante. Está correto nosso entendimento? Caso não seja esse o entendimento, favor esclarecer como será comprovado que a empresa terá acesso a peças novas e genuínas, bem como treinamento e suporte do referido fabricante?

Fechar

**Resposta 09/06/2022 11:30:32**

Observa-se, liminarmente, que as questões apresentadas se orientam no sentido de restringir a competição, o que contraria orientação geral do Tribunal de Contas da União no sentido de, tanto quanto possível, sejam adotadas medidas que ampliem a competitividade dos certames. Impende observar que este procedimento licitatório foi precedido de estudos técnicos, levados a efeito por uma equipe de planejamento desta contratação que, considerando, entre outras coisas, o histórico de contratos anteriores do mesmo objeto, as práticas de mercado, e as reais necessidades deste TRT, apontou as exigências mínimas necessárias, que foram transcritas para o edital. Ante tal esclarecimento, passamos às respostas a cada questão posta: 1) A legislação exige que as empresas comprovem atender às exigências do edital. E, seguindo a mencionada orientação geral do TCU, a equipe de planejamento entendeu que a exigência, na forma apresentada, utilizada inclusive em contratações anteriores do mesmo objeto, tem se mostrado satisfatória, não havendo motivos que justifiquem, neste momento, a adoção de exigências mais restritivas do caráter competitivo da licitação. 2) É também posicionamento consolidado do TCU que não se exija, na fase de habilitação, condições que onerem os licitantes, especialmente em caso de exigências que possam ser saneadas pela futura contratada em momento posterior, antes da efetiva execução do objeto. Há que se considerar, ainda, a boa fé presumível dos contratos, restando a este Contratante diversos mecanismos legais para exigir o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, incluindo imposição de penalidades administrativas. E, se ainda assim não for suficiente, a via judicial pode ser buscada para a reparação de danos. 3) A obtenção de peças originais no mercado, no entendimento deste TRT, não é faculdade exclusiva de empresas que possuam vínculo com o fabricante. A execução do contrato será acompanhada, conforme determina a legislação, por fiscal indicado pelo contratante, a quem incumbirá aceitar ou rejeitar as peças, após a análise quanto à exigência de que seja nova e original.

Fechar

**Esclarecimento** 09/06/2022 11:58:25

no Item 9.11.3, nossa empresa possui o registro do CREA, mas estamos com 2 anos de atraso do pagamento da certidão. Para participar do Pregão, é obrigatório a Certidão do CREA válida ou, em caso de ganharmos a concorrência, podemos entregar ela com a Nota de Empenho? Em paralelo, temos o Atestado de Capacitação Técnica da própria Panasonic.

Fechar

**Resposta** 09/06/2022 11:58:25

O item 9.11.3. do edital refere-se à capacitação técnico-profissional do profissional que se responsabilizará tecnicamente pela execução dos serviços, conforme detalhado no item 9.11.4. Já a qualificação técnico-operacional da empresa, reconhecida em atestado pela Panasonic, atenderia, em tese, ao disposto no item 9.11.2. do edital. Impende observar que AMBAS as exigências são de HABILITAÇÃO e, portanto, deverão ser comprovadas na data da licitação, mediante juntada dos respectivos documentos ao sistema ComprasGov até o horário previsto para início da disputa, haja vista que, conforme disposto no item 8.12 do edital, serão verificadas pelo pregoeiro por ocasião da aceitação da proposta arrematante.

Fechar

**Esclarecimento** 13/06/2022 13:59:10

Confirmamos o recebimento da decisão da impugnação ao Edital em referência, entretanto verificamos que tal decisão levou em consideração somente o prazo dos "chamados urgentes" e não fez nenhum referência ao exíguo prazo de 90 minutos para as execuções das manutenções preventivas. Portanto solicitamos complementar a referida decisão.

[Fechar](#)

**Resposta 13/06/2022 13:59:10**

1. Não há no edital a referida limitação ao prazo de "90 minutos" para a execução da manutenção preventiva mensal. No Anexo I – Termo de Referência, a alínea "a" do item 4.1. estabelece que: "serviços de manutenção preventiva deverão ser executados na primeira quinzena do mês, das 8h00 às 09h30, devendo ser agendado previamente com a Fiscalização". 2. Como em nota anterior, a presente contratação fora objeto de exaustivo estudo preliminar que teve, entre outros objetivos, o de convencionar regras únicas para um mesmo objeto que deveria servir a 85 Unidades deste TRT, cada uma com peculiaridades no seu âmbito de atuação; 3. Cada unidade do TRT tem regras próprias para estabelecer horários de suas audiências judiciais, e considerando que o serviço de telefonia deve estar plenamente disponível durante o horário de expediente e de audiências, convencionou-se estabelecer o horário de execução dessas manutenções entre 08h00 e 09h30, mediante agendamento prévio com a fiscalização setorial. 4. Note-se que tal agendamento tem exatamente o objetivo de adequar o horário à disponibilidade de cada unidade, especificamente. E, além disso, prevalecendo a limitação de horário entre 08h00 e 09h30, nada obsta que a contratada, mediante ajuste com a fiscalização, execute o serviço em horário estendido ou em mais de uma data.

Fechar